

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SOCIOLOGIA PARA O ENSINO BÁSICO NO OESTE CATARINENSE

Jaqueline Russczyk*
Leonardo Rafael Santos Leitão*

Resumo

O estado de Santa Catarina desde 1998 tem como obrigatório o ensino de sociologia nas escolas estaduais de nível médio. No entanto, passados mais de 10 anos, a consolidação da disciplina encontra algumas dificuldades, tais como: aceitação da disciplina nas escolas, falta de formação específica dos professores, carência da infraestrutura escolar - principalmente no que diz respeito a materiais didáticos e bibliográficos. Assim sendo, esta pesquisa realizou uma análise dos espaços de formação de professores existentes na região oeste do estado: 1) Plano Nacional de formação de professores (PARFOR), hoje sob responsabilidade da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); 2) O novo curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Além das dificuldades de formação de professores em sociologia, a disciplina enfrenta uma série de outros desafios e obstáculos para se consolidar no ensino médio, como as críticas à disciplina pelo seu “caráter ideologizante”, a imputação de um papel transformador e crítico a disciplina, as relações entre ser professor e ser pesquisador e a relação entre teoria, política e ideologia.

Palavras-chave: Ensino Básico. Ensino de Sociologia. Formação de Professores.

Introdução

Com o retorno da sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio, cresceu o interesse de pesquisadores da área das ciências sociais em relação ao contexto no qual está disciplina passa a ser ministrada e, especialmente, ao perfil dos atuais docentes e aos desafios da formação dos futuros profissionais nesta área. Os números relacionados à quantidade de professores que hoje ministram aulas de sociologia demonstram a grande necessidade de adequar a formação desses professores a nova exigência legal. Dos mais de 20 mil professores que atuam nas disciplinas de sociologia apenas 12% possuem formação específica na área

* Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Professora de Ciências Humanas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus Chapecó, contato: jaquerussczyk@gmail.com.

* Mestre em Sociologia e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó-SC, contato: leonardorsl@uffs.edu.br.

(HANDFAS, 2009).

Na busca por qualificar e adequar a formação dos professores do ensino básico, uma série de políticas vem sendo adotadas por parte do Ministério da Educação. O plano nacional de formação de professores (PARFOR) e o processo de interiorização das universidades públicas têm sido a grande aposta para diminuir o número de docentes que ministram disciplinas sem formação específica e assim qualificar a formação docente.

Com o objetivo de refletir sobre essas políticas de formação de professores na área de sociologia, este artigo traz uma análise referente à pesquisa realizada¹ sobre o atual quadro da disciplina nas escolas e os espaços de formação de professores na cidade de Chapecó, região oeste de Santa Catarina, estado que há mais de 10 anos tem a disciplina como obrigatória no ensino médio. A pesquisa analisou o currículo e a estrutura político-pedagógica do curso de graduação em Licenciatura em Sociologia, por meio da Plataforma Freire, realizado em parceria com a UNOCHAPECÓ, universidade comunitária da região, e do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), universidade criada no ano de 2009 com base no plano de expansão e interiorização das universidades federais.

O curso oferecido pela Plataforma Freire, na UNOCHAPECÓ, iniciou em 2010 e hoje conta com uma turma de cerca de 17 alunos. Já o curso oferecido pela UFFS, neste mesmo ano, disponibilizou 100 vagas divididas em duas entradas. A presença destas instituições formadoras de professores em sociologia contribui para suprir a demanda de docentes, porém, a pouca tradição da sociologia no ensino médio e a histórica divisão da universidade brasileira entre formação de professores e formação de pesquisadores nos leva a uma reflexão sobre o caráter deste tipo de formação específica.

A realização desta pesquisa visa problematizar essa formação fragmentada e seus reflexos na implementação da disciplina. É certo que outras áreas do conhecimento passam pela mesma dificuldade na formação de professores, todavia, a sociologia como disciplina escolar foi pouco problematizada no campo das ciências sociais, haja vista a tradição bacharelesca da área.

Antes da lei que torna a sociologia obrigatória nas escolas de ensino básico, a sociologia, assim como a filosofia, eram tratadas como conhecimentos transversais dos quais

¹O artigo é resultado das primeiras reflexões e levantamento de dados que constituem projetos mais amplos sobre o ensino de sociologia no Oeste de Santa Catarina com base na atuação profissional dos autores. Desdobramentos desta pesquisa resultarão na tese de Doutorado de Jaqueline Russczyk, assim como contribuirão para o planejamento e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS – Campus Chapecó.

todo aluno deveria dominar ao término do ensino médio. A transversalização dos conhecimentos sociológicos, ao mesmo tempo em que rompia com a fragmentação disciplinar, também colocava este conhecimento em segundo plano, sendo dificilmente abordado por professores de outras disciplinas. A mudança para o caráter obrigatório coloca para a sociologia o desafio de encontrar um lugar e ganhar característica própria no ensino médio, assim como ocorrido com outras disciplinas historicamente consolidadas.

O problema de pesquisa que este estudo busca responder, portanto, é de que maneira a formação de professores deve ser pensada e estruturada em seu currículo, de forma a contribuir para que o docente em sociologia tenha capacidade de romper com a tradicional divisão entre ciência e ensino (SILVA, 2006), levando para a sala de aula as contribuições da produção do conhecimento sociológico. Não se trata apenas de inverter os lados e tornar o ensino de sociologia um ensino estritamente erudito e com pouca relação com as necessidades formativas dos alunos. Ao contrário, cabe a sociologia estabelecer uma relação inseparável entre o pensamento crítico, reflexivo e transformador com o rigor da pesquisa e da teoria.

Sociologia sem sociólogos: a necessidade de formação docente em Santa Catarina

A demanda por professores qualificados a ministrarem disciplinas de sociologia no ensino médio reflete na própria (in)possibilidade de pensar estratégias de ensino e efetivação da disciplina nas escolas. No ano de 1997, a Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina (SED-SC) organizou um curso de Fundamentação Teórica Metodológica do Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação. Participaram deste curso 70 professores de sociologia e sociologia da educação da rede pública estadual. Entre eles, apenas seis possuíam formação em Ciências Sociais, os demais eram provenientes de áreas como pedagogia, geografia e filosofia (SED/SC, 1997).

Deste curso saiu a proposta curricular do ensino de sociologia e sociologia da educação. Tal situação é paradoxal: tem-se a formulação de propostas curriculares em sociologia discutidas e formuladas por professores cuja grande maioria não possui formação específica em Sociologia. Essa situação específica apresentada acima demonstra a urgência de criação de espaços formativos e de reflexão sobre a formação de professores de sociologia.

Nos últimos anos tem aumentado o número de instituições que oferecem formação acadêmica com habilitação em sociologia. Tal aumento decorre da obrigatoriedade do ensino de sociologia e da necessidade de qualificação dos professores que hoje ministram a

disciplina sem formação específica. Por mais que hoje, em praticamente todas as universidades federais, seja oferecida a formação em Ciências Sociais (HANDFAS, 2009), a demanda por formação em municípios do interior ainda é grande para poder reverter esse quadro paradoxal do ensino de sociologia sem sociólogos.

Em Santa Catarina a sociologia é obrigatória nos currículos escolares desde o ano de 1998. No entanto, os espaços de formação de professores nesta área são poucos e restritos ao litoral do estado, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que até o ano de 2009, antes da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, era a única instituição pública que oferecia o curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Outras sete instituições de ensino superior também oferecem o curso Licenciatura em Ciências Sociais, conforme é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem formação em Licenciatura em Ciências Sociais em Santa Catarina.

IES	ANO DE INÍCIO	MODALIDADE	VAGAS OFERTADAS
Universidade Castelo Branco	2007	Educação à Distância	Não divulgado
Universidade do Contestado	2003	Presencial	50 vagas anuais
Universidade do Extremo Sul Catarinense	2009	Presencial	40 vagas anuais
Universidade Federal da Fronteira Sul	2010	Presencial	100 vagas anuais
Universidade Federal de Santa Catarina	1972	Presencial	90 vagas anuais
Universidade Luterana do Brasil	2005	Educação à Distância	Não divulgado
Universidade Regional de Blumenau	1987	Presencial	45 vagas anuais
Universidade Comunitária de Chapecó ²	2010	Presencial	Não divulgado

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos dados do INEP (Plataforma E-mec)

Na região oeste do estado, onde fica localizada a cidade de Chapecó, *locus* deste estudo, até o ano de 2010 não havia nenhuma instituição, pública ou privada, que formasse professores de sociologia. A falta de instituições formadoras contribuiu para que grande parte dos professores que hoje ministra a disciplina não tenha formação em Ciências Sociais.

Duas grandes políticas nacionais vêm sendo implementadas com o objetivo de reverter esse quadro. O PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) e o processo de interiorização das Universidades Federais. Na cidade de Chapecó as

²O curso de Licenciatura em Sociologia oferecido pela UNOCHAPECÓ não se encontra cadastrado na plataforma E-Mec do Ministério da Educação. Os dados foram levantados no site da própria universidade (www.unochapeco.edu.br).

duas políticas chegaram recentemente e são encaradas como ações importantes de melhoria da educação, principalmente no que diz respeito à formação de professores. Esse trabalho não tem como objetivo fazer uma análise das políticas apresentadas acima, mas apenas analisar as propostas de formação de professores que estão sendo implementadas na cidade de Chapecó e que acabam tendo impacto em toda a região oeste do estado de Santa Catarina.

O PARFOR, conforme definição do próprio Ministério da Educação:

(...) é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996 (MEC, 2010).

Em Chapecó, a Universidade Comunitária de Chapecó (UNOCHAPECÓ) é a instituição responsável por gerir o curso de Licenciatura em Sociologia.

No que diz respeito ao processo de interiorização das Universidades Federais, o estado de Santa Catarina foi contemplado com o campus sede da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que fica localizado no município de Chapecó. A UFFS possui ainda mais quatro campi, dois no estado do Rio Grande do Sul (Cerro Largo e Erechim) e dois no estado do Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza). O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS é oferecido nos municípios de Chapecó (SC) e Erechim (RS).

Os cursos de licenciatura: UNOCHAPECÓ e UFFS

O curso de Licenciatura em Sociologia da UNOCHAPECÓ é ofertado de forma gratuita pela inscrição³ de professores já formados em outras áreas do conhecimento e que buscam uma formação complementar à formação inicial. As instituições que participam do PARFOR são contempladas com recursos do Ministério da Educação.

O curso é oferecido em oito semestres com aulas concentradas à noite e aos finais de semana. Conforme definição da própria instituição:

O objetivo principal da graduação em Sociologia é a formação de profissionais com

³A inscrição é feita por meio da Plataforma Freire, que segundo a definição do próprio MEC: A Plataforma Freire é um programa que foi criado pelo MEC – Ministério da Educação, exatamente com o objetivo de tornar-se uma porta de entrada para os professores da educação básica pública no Brasil, no exercício do magistério, nas instituições públicas de ensino superior. E com este mesmo objetivo, este plano coloca em prática o Plano Nacional de Formação de Professores da rede de Educação Básica (MEC, 2010).

condições para atuar de forma criativa e autônoma, contribuindo para a melhoria da vida em sociedade. Para isso, o Curso de Graduação Licenciatura em Sociologia da Unochapecó oferece ao futuro profissional autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, e compromisso social. Com base nos princípios ético-profissionais, democráticos e de respeito às diferenças e de pluralidade de pensamento, a graduação oferece conhecimentos teóricos e metodológicos das ciências humanas e sociais (UNOCHAPECÓ, 2010).

No objetivo principal do curso é apresentada a preocupação em não estabelecer uma fronteira rígida entre as atividades formativas de caráter pedagógico e as atividades de pesquisa e metodológicas, também necessárias para uma formação sólida do licenciando. Essa preocupação é percebida ao analisarmos a estrutura curricular do curso. No quadro abaixo se pode observar a distribuição das disciplinas de formação pedagógica, metodológica, teórica e de pesquisa ao longo do curso.

Quadro 2 - Distribuição das disciplinas na grade curricular (UNOCHAPECÓ).

TIPO DE DISCIPLINA	QUANTIDADE	TÍTULO DAS DISCIPLINAS
Formação Pedagógica	13	Tecnologias da Educação; Filosofia da Educação; Fundamentos de Psicologia; Sociologia da Educação; Didática; Políticas e Gestão da Educação Básica; Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV; Fundamentos da Educação Especial; Seminário: Educação de Jovens e Adultos.
Teórica	21	Sociologia I, II e III, Antropologia I, II e III, Política I, II e III, Sociologia da Religião, Epistemologia das Ciências Sociais, Gênero Organização Social e Família; Sociologia Urbana, Teoria dos Movimentos Sociais, Política Brasileira; Políticas Organizacionais Solidárias; Etnologia Indígena; Sociologia do Desenvolvimento; Gestão Pública; Análise do Discurso Político; Sociologia Rural e do Campesinato; Pensamento Social Brasileiro; Sociologia do Trabalho.
Metodológica	2	Metodologia Científica, Metodologia da Pesquisa.
Pesquisa	3	Trabalho de conclusão de Curso I, II e III.

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados disponíveis no site do curso de Licenciatura em Sociologia da UNOCHAPECÓ

A forma como as disciplinas estão distribuídas ao longo do curso chama atenção em dois aspectos importantes: 1) a distribuição equânime entre as três grandes áreas que

compõem as ciências sociais⁴, o que garante uma formação mais ampla; 2) a preocupação de uma formação consistente em teoria social.

Já o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) oferta 100 vagas anuais, 50 no período matutino e 50 no período noturno. Esse curso comparado a outros cursos de graduação em Ciências Sociais possui alguns diferenciais interessantes. Como todos os demais cursos da UFFS, o Curso de Ciências Sociais é dividido em três grandes domínios: o domínio comum, que é composto por disciplinas de formação geral, o domínio conexo, que inclui um conjunto de disciplinas voltadas à formação pedagógica e o domínio específico, que é composto por disciplinas teóricas e metodológicas das ciências humanas e sociais.

A busca pela indissociabilidade entre as atividades de pesquisa e de ensino consta no projeto político pedagógico do curso:

Os princípios epistemológicos e metodológicos visarão à formação profissional, científica e voltada para o entendimento das grandes questões que afligem a sociedade contemporânea. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais procurará orientar uma formação acadêmica que vise à superação da dissociação tradicional entre as figuras do “sociólogo”, portador do título de bacharel, e do “professor de sociologia”, transmissor e mero reproduzidor dos conhecimentos das Ciências Sociais em sala de aula. Para tanto, o curso desenvolverá uma articulação processual e permanente entre ensino, pesquisa e extensão, que permita ao estudante entender o próprio processo de ensino-aprendizagem, no qual ele estará envolvido quando estiver em sala de aula, como algo indissociável da pesquisa e da extensão universitária, que poderá envolver atividades acadêmicas ou extra-acadêmicas (UFFS, 2011).

A formação de um professor-pesquisador em ciências sociais fica explícita no PPC do curso e se materializa numa grade curricular que também equaciona as três grandes áreas das ciências sociais e garante uma formação densa em termos teóricos e metodológicos, conforme é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 3 - Distribuição das disciplinas na grade curricular (UFFS)

DOMÍNIO COMUM	DOMÍNIO CONEXO	DOMÍNIO ESPECÍFICO
Direitos e cidadania; Introdução à informática; Introdução ao pensamento social;	Didática geral; Fundamentos da educação; Libras; Política educacional e	Alteridade e etnocentrismo; Antropologia estrutural; Antropologia no Brasil; Antropologia social e cultural; Ciência política no Brasil; Economia brasileira;

⁴Apesar de a disciplina ministrada no ensino médio receber o nome de Sociologia, há uma tendência e certo consenso entre os professores e pesquisadores de sociologia, de que as três áreas (antropologia, ciência política e sociologia) devem ser contempladas no programa e no currículo do ensino médio.

<p>Leitura e produção textual I e II; Matemática instrumental; Meio ambiente, economia e sociedade.</p>	<p>legislação de ensino no Brasil; Teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem.</p>	<p>Epistemologia das ciências sociais; Estágio curricular supervisionado I, II e III; Formação da sociedade brasileira; Introdução à economia; Metodologia de pesquisa qualitativa; Metodologia de pesquisa quantitativa; Metodologia de pesquisa teórica em ciências sociais; Metodologia do ensino em sociologia; Optativa I, II, III, IV, V, VI; Pensamento político liberal e elitista; Pensamento político moderno; Pensamento social no Brasil</p> <p>Sociologia I, II, III e IV; Sociologia da educação; Teorias políticas do século XX; Trabalho de conclusão de curso I e II.</p>
---	---	--

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS.

A grade curricular do curso da UFFS possibilita ao estudante, além de uma consistente formação teórica que inclui um *roll* de disciplinas optativas, uma formação mais ampla baseada nas disciplinas do domínio comum, algumas delas de caráter técnico-instrumental e outras de formação para a cidadania.

Não se trata aqui de realizarmos uma leitura superficial dos currículos dos dois cursos apresentados de maneira a acreditarmos que a estrutura curricular e os objetivos garantem uma boa formação de professores de sociologia. É certo que outros fatores influenciam a formação. No entanto, ao observarmos a estrutura dos dois cursos, é perceptível a aproximação dos elementos que até então eram vistos como exclusivos dos cursos de Bacharelado com a preocupação da formação pedagógica dos estudantes. Isso demonstra uma possibilidade de transformação do atual cenário das ciências sociais brasileiras, onde, de certa forma, a licenciatura é vista como uma formação de segunda categoria, mais flexível e menos rigorosa em termos teóricos e metodológicos.

Todavia, cabe alertarmos para o risco que a expansão rápida da oferta de cursos de formação de professores em sociologia pode trazer. A pressa em formar professores, seja por formação continuada ou formação inicial, possibilita o enxugamento das disciplinas e da carga horária, principalmente das disciplinas de caráter teórico e vinculadas a pesquisa. A formação sólida, principalmente nas humanidades, requer tempo, que, muitas vezes, é exíguo quando a demanda limita-se a simplesmente emitir diplomas ou habilitações.

Nos itens acima foram abordados a oferta e a estrutura curricular dos cursos que formam professores de sociologia em Santa Catarina. Para além de um currículo de formação de professores é necessário que os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais produzam

reflexões de caráter teórico acerca da atuação profissional dos egressos e do lugar da sociologia na escola básica. Na seção posterior teceremos algumas considerações mais amplas a respeito da formação de professores e dos desafios da consolidação da sociologia como disciplina escolar.

Pesquisador/professor/militante?

Além das dificuldades de formação de professores em sociologia, a disciplina enfrenta uma série de outros desafios e obstáculos para se consolidar no ensino médio. Gostaríamos de destacar aqui algumas questões que carecem de aprofundamento e discussão por parte da comunidade acadêmica: as críticas à disciplina pelo seu “caráter ideologizante”, por um lado, e a imputação de um papel transformador e crítico a disciplina, por outro, bem como as relações entre professor/pesquisador e a relação entre teoria, política e ideologia.

É preciso considerar o poder inerente nas correlações de força da sociedade que disputam concepções teóricas e práticas do ensino. Como coloca Silva (2006), os discursos pedagógicos que fundamentam os padrões de comunicação entre o campo científico e o campo da educação estão permeados por concepções hierarquizantes que tendem a criar um abismo entre o ensino e a ciência ou então confusões entre o político e o ideológico.

Rocha (2009) alega que a teoria se caracteriza por ser um sistema de ideias, com interpelação lógica dos componentes que a compõem. A teoria, ao formar conceitos ou termos, apresenta definições precisas, esclarecidas e coerentes, com o uso e explicitação do método utilizado que permite a possibilidade da crítica sobre como determinado conhecimento científico foi produzido. Situada no campo científico, a teoria se difere dos demais saberes não-científicos, pois estes pertencem ao universo do sistema de crenças, intrínseco à condição humana, e que adotam como matéria-prima o componente ideológico.

O autor também exterioriza duas conclusões a respeito da experiência científica e sua conexão com a teoria:

A primeira afirma que “uma experiência científica é, portanto, uma experiência que contradiz a experiência comum”, portanto, necessariamente não pode aceitar a hegemonia de pensamento como algo perene, mas simplesmente circunstancial e fruto da correlação de forças de momento. A outra vai ao encontro da necessidade de crítica fundamentada, contrapondo um sistema de ideias com outro e contra outro. Deste modo, é impossível para uma ciência humana montar uma teoria com o pressuposto e com as bases teóricas e metodológicas incompatíveis com os objetivos da pesquisa, incentivados e motivados pela normatividade prévia. Assim, “a crítica racional da experiência é solidária com a organização teórica da experiência”

(ROCHA, 2009. p. 41).

Neste sentido, as concepções que permeiam o fazer sociológico em sala de aula necessitam de um maior aprofundamento. Os projetos pedagógicos, os currículos, os discursos pedagógicos acerca da disciplina estão carregados de conceitos que muitas vezes se transformam em meros bordões esvaziados de conteúdos. É muito comum vermos associado ao ensino de sociologia certo papel emancipador e crítico. Porém, cabe perguntar-se, crítico ao que? Emancipar-se de que?

As respostas a essas perguntas não são únicas e nem tampouco simples, mas são necessárias. Talvez o papel da sociologia seja menos ambicioso. A crítica sociológica de caráter racional não está descolada do mundo da política, por isso, a concepção política por trás do fazer sociológico precisa ser explicitada. Por exemplo, as construções de pesquisas que já trazem previamente uma adesão teórica em que as explicações da realidade são incompatíveis com o fenômeno social estudado, ou então, no âmbito do ensino, em que professores e educadores deixam de expor outras abordagens teóricas, ou até mesmo situar historicamente o campo de debate entre pesquisadores e teóricos que abordam determinado assunto, porque ignoram a diferenciação entre a teoria e a filiação ideológica, levando a dogmatização do ensino e da prática.

Com estas colocações, não se quer negar a existência de motivações ideológicas do pesquisador ou do professor, presentes inclusive na escolha do objeto de estudo, nas abordagens pedagógicas, nas escolhas dos materiais a serem trabalhados. O que se critica é a não abertura para a avaliação e refutação do conhecimento produzido e em como ele é empregado. Outro elemento de crítica é a não identificação e separação dos aspectos teóricos, ideológicos e políticos.

Utilizando as contribuições de Althusser, que retoma o pensamento de Freud, Rocha (2009) afirma que “a esfera ideológica das sociedades humanas é tão estruturante como os conjuntos de relações e produções chamados de economia e política” (ROCHA, 2009, p.42). Com esta perspectiva o autor problematiza o desenvolvimento e identidade da ciência social brasileira, se apropriando do debate colocado por Guerreiro Ramos e Ianni. Estes autores afirmam o quanto há de dependência e subordinação intelectual no período de institucionalização das ciências sociais brasileiras, em que havia motivações ideológicas e teóricas distintas.

O resultado dessa configuração foi que as ciências sociais brasileiras não se voltaram para os problemas específicos locais, para a busca de uma *episteme* própria, aplicável e hábil

para apontar soluções aos problemas e questões nacionais. O *habitus* intelectual instituído incorporou o campo hegemônico e foi um repetidor do que há com reprodução de textos consagrados e que tomam os pressupostos estrangeiros como ponto de vista explicativo da realidade local (ROCHA, 2009).

Uma das consequências do fato da pesquisa social brasileira não ter se voltado para fortalecer e promover explicações e alternativas para o local foi que os intelectuais também não produziram suas próprias categorias de análise. Rocha (2009) assinala alguns indicativos para a compreensão dessa formação sobre o caráter da institucionalização das ciências sociais latino-americanas e do comprometimento dos intelectuais: o papel dos intelectuais em postos do Estado (acomodação e estabilidade institucional), o caráter dos financiamentos de pesquisa, o insuficiente esforço dirigido para o rompimento da dependência científica (colonizador e colonizado).

As informações acima repercutem no tipo de intelectual e sujeitos que são formados. Reforçando o exposto, Rocha (2009) argumenta que o “engajamento e posição individual de acordo com os interesses coletivos seriam os passos necessários para a criação de uma ciência autônoma e nacional” (ROCHA, 2009, p.76). Assim, as colocações acima repercutem também no papel do intelectual e do professor e nas suas práticas.

Consonante com isso, Rocha (2009) traz uma indagação relevante e que importa para este estudo, isto é, como pode a sociologia possibilitar ao estudante desenvolver uma inteligência criadora e crítica? Ou seja, a cultura de dependência influi e se expressa desde os temas e problemáticas do estudo, passando pelo instrumental teórico-epistemológico utilizado e pela execução realizada posteriormente. De acordo com Rocha (2009):

Reiteramos a dúvida, de como se faz possível romper com a dependência científica se as regras de “ciência”, o poder de taxar de local-parcial-ensaístico e/ou especulativo provém (e na época provinham e ao padrão segue) de categorias, modelos, métodos e premissas alienígenas da realidade latino-americana? Caso ocorresse a intencionalidade do produtor de gerar algo tangível para incidir a parte de nossa realidade e não sobre a realidade, mesmo que dotado destes modelos e métodos, a contradição entre vontade e instrumental de realização seria (e segue sendo) gritante (p.71).

Posta as reflexões sobre teoria e o campo das ciências sociais latino-americana, discorre-se sobre ideologia. Lembra-se que em grande parte dos registros acima descritos, sobre teoria e o campo das ciências sociais brasileira, recorreu-se às ponderações pautando o termo ideologia. Mas, é a seguir que se define, de forma mais evidente, o conceito.

O termo ideologia tem vários significados e entendimentos. Para este estudo adota-se

como significado da ideologia as motivações, os ideais, os valores e os princípios, portanto, ela não tem como componente conhecer. Como já abordado acima, a ideologia faz parte da constituição histórica e da maneira como os sujeitos sociais se expressam na sociedade.

Rocha (2009) explica:

A temática ligada à definição de ideologia e o uso ou não desta categoria é fruto de largas polêmicas, tanto nos círculos acadêmicos como em partidos e organizações políticas. Nesta tese em geral venho abordando o tema, partindo já de uma definição da interdependência da esfera Ideológica como própria do mundo das representações, dos símbolos, das significações, das interpretações do mundo da vida e todo o universo ao que diz respeito da memória, da identidade e do sentido de pertencimento. Já no primeiro Capítulo afirmamos, através do texto de Althusser (*apud* Coelho 1968), ser o inconsciente um objeto próprio, único e transversal ao sistema de dominação e da estrutura de classes. Portanto, seus frutos não podem ser “jogo de espelho e nem falsificação da realidade material” porque a formação do homem, de hominídeo em produto civilizatório humanizado e humanizante passa pela construção de significados (p. 107).

Como se pode evidenciar na citação acima, a ideologia não é entendida como distorcedora da realidade. Nem mesmo como determinada pelas relações de produções e como falsa consciência, porque não corresponde aos fatos. Na citação acima, a ideologia não mascara os fatos, mas compõe os princípios que orientam o comportamento dos indivíduos e de grupos em relação aos fatos e ao seu modo de vida.

No entanto, as crenças revelam determinadas situações de poder, e com essa acepção, Rocha (2009) expõe que suas afirmações se aproximam do que Foucault estabelece, isto é, que as práticas sociais é que constroem os objetos, a subjetividade, os conceitos etc.. Reforça que o poder está em toda parte e não apenas nas mãos do Estado ou das forças produtivas.

É preciso conhecer e evidenciar as práticas sociais para compreender a ideologia que as movem. Assim, tanto a teoria como a política podem ser orientadas pela ideologia. Introduzida a noção de ideologia, cabe seguir adiante e entrar no campo da ação e da estratégia, isto é, da política.

A essência da política são as disputas, as lutas, as competições, as ações, os choques entre forças sociais, enfim, o agir com orientação intencional para impor a vontade de uns sobre outros. Para Rocha (2009) a política atua em poderes de fato e latente, tendo como matéria-prima as relações sociais e as instituições. E ainda, o nível político está relacionado:

(...) aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais

organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos – esquerda ou direita, com distintas variações, legais ou não); o espaço das negociações e enfrentamentos entre dominantes, entre as classes oprimidas e dos arranjos (p. 284).

De acordo com a citação acima, a política se define como toda determinação e gerência que se refere à vida social. Assim, política não se refere apenas às atividades desempenhadas e determinadas pelo Estado e sim às ações humanas voltadas para algum fim almejado. Os fins que se quer alcançar pelas disputas, ou política, são aqueles aspectos considerados relevantes para um indivíduo ou grupo.

As metas visadas pelos indivíduos e grupos, com base nas atuações ou no fazer político, não são universais. Isso quer dizer que cada circunstância, contexto e momento histórico compreende intenções e formas do fazer político porque são as intenções e interesses humanos que regem a política. A política também é uma forma peculiar de desempenhar o poder, pois tem a ver com os conflitos humanos e, portanto, com as correlações de forças.

As elaborações acima são desenvolvidas a fim de dar conta das várias confusões feitas pelos educadores/professores/pesquisadores em relação às diferenças entre teoria, ideologia e política, bem como do debate público criticando a obrigatoriedade do ensino de sociologia. Em muito, isso se dá porque ocorrem: desconhecimento das disputas dentro do campo científico e da história da dependência intelectual; falta de compreensão das diferenças entre teoria, ideologia e política e de suas aplicações.

Atualmente a crítica que tem sido posta ao ensino de sociologia se refere à atuação do sociólogo, professor e pesquisador, não tanto ao objeto de pesquisa e ao currículo do ensino de sociologia, mas a forma ou o fazer sociológico. No centro da crítica encontra-se a questão da ideologia e da prática política, ou seja, do “sociólogo militante” e da “sociologia militante”.

As colocações acima contribuem no debate trazido por Navarro (2008; 2009) sobre a questão do militantismo político, que para o autor está pré-determinando os resultados de pesquisa, influenciando na cooptação dos pesquisadores por parte do Estado ou colaborando para a estreita leitura de algumas teorias. No entanto, o fato de ser “militante sociólogo” não contribui necessariamente para a deriva da sociologia enquanto ciência. O que causa confusões e críticas é o uso da sociologia de forma militante ou a confusão entre ideologia e teoria.

Como foi exposto anteriormente, a teoria é uma ferramenta que proporciona a transformação e a emancipação. Trata-se de sistemas de conceitos que auxiliam para conhecer

a realidade econômica, política, ideológica etc.. A teoria fornece os instrumentos conceituais para pensar e conhecer profundamente a realidade concreta, e nesse sentido, teoria equivale à ciência.

De forma distinta, a ideologia é de natureza não científica, são ideais, aspirações e motivações, podendo existir antes mesmo da teoria. Por exemplo, a luta de classe já existia e não esperou uma elaboração teórica para ocorrer. A teoria circunstancializa as condicionantes da ação política, a ideologia motiva-a, configurando-a em seu estilo.

Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, pois a ideologia é mais eficaz quando se apoia em teoria. O método de trabalho, e não apenas o tipo de leitura e de análise teórica efetuada, pode apontar possibilidades para que o “sociólogo militante” não se confunda com o fazer uma “sociologia militante”. Nesse sentido, se têm contribuições importantes como as de Paulo Freire na área de educação, que enfatiza o caráter político e não neutro da educação, mas reforça a importância da teoria/reflexão e da ação/transformação, utilizando o método do diálogo, a recorrência ao tema gerador e a problematização da realidade.

Não estando evidentes essas formulações a sociologia pode experimentar uma contradição. O que irá desenvolver-se com o passar dos anos se não for amadurecido esse debate? O que acontecerá caso não se leve a sério os condicionantes democráticos, ou seja, o respeito à pluralidade de ideias, a ampliação dos espaços de debates, sem condicionantes precedentes ou conclusões determinadas pela ideologia? Se os postos de professores forem preenchidos, em especial, por aqueles que praticam uma "sociologia militante", que se destina apenas a estimular a partidarização e ideologização, então os resultados poderão ser problemáticos.

Por outro lado, se os postos de professores foram assumidos por sujeitos sem fundamentos ideológicos-políticos não há disputa, identidade de classe, inspirações geradoras de iniciativas para sanar problemas institucionais ou de outra ordem, e assim garantir a qualidade e o comprometimento com a educação. O engajamento é impulsionador da luta pela ampliação dos direitos, da crença nas próprias forças e no próprio fazer educativo, do enfrentamento de problemas e da transformação. A conduta política vai além da adesão ou repulsão a um governo ou partido político.

Mas, para o agir político é preciso ir além das motivações, é preciso conhecer a realidade, caso contrário caminha-se em direção a algo que não se compreende. Para entender a realidade é preciso estabelecer o diálogo e a crítica entre teorias que possam ser úteis para a análise, com o uso de conceitos operacionais adequados àquilo que se investiga. Para reforçar,

traz-se os dizeres de Navarro (2008):

(...) a necessidade de maiores esforços analíticos, maior abertura teórica e, sobretudo, um esforço denodado para o confronto fraterno de ideias. Sem esses requerimentos, continuaremos a caminhar lentamente como produtores de conhecimento sobre a vida social em nosso país e a realidade, como tem ocorrido com frequência, voará muito à frente daqueles que, por dever de ofício, deveriam ser os primeiros a serem capazes de interpretá-la (p.48).

E ainda,

(...) a despartidarização da sociologia, sem significar a sua despolitização e, menos ainda, a sua neutralidade, é outra urgência para ela reerguer-se como ciência. É preciso localizar a possibilidade de torná-la relativamente autônoma, mas igualmente capaz de responder à sociedade e suas necessidades de análise dos processos sociais, assim retornando ao seu papel de consciência crítica dos arranjos societários (p.02).

Seja qual for o espaço de atuação, a sociologia pode desenvolver uma visão crítica do mundo e, inserida no campo científico, ela faz uso de muitas teorias, da prática da refutação e contestação, de questionar e ser questionada. Sobretudo, conforme Tomazi (2008), “nada pode ser reduzido a uma única visão e perspectiva. Não há teoria sociológica que consiga explicar toda a realidade social. Por isso, o conhecimento de muitas teorias e perspectivas é fundamental para se formar um bom sociólogo e professor de sociologia” (TOMAZI, 2008, p.03).

Considerações Finais

Buscou-se neste trabalho apresentar os principais espaços de formação de professores de sociologia do Oeste Catarinense. Foram apresentadas a estrutura e a proposta dos cursos de Licenciatura em Sociologia da UNOCHAPECÓ, Universidade Comunitária da Cidade, e do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul. Percebeu-se que ambos os cursos buscam diminuir as distâncias existentes entre a formação de professores e a formação de pesquisadores com base em uma grade curricular mais ampla e de objetivos formativos mais integradores das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Em um segundo momento do trabalho foi feita uma reflexão sobre os limites e desafios da formação de professores em Ciências Sociais. A reflexão apontou para necessidade de aprofundar as discussões a respeito de temas importantes que tocam a prática

docente em sociologia, destacando-se aqui as ideias e conceitos de teoria, ideologia e política. Enfim, procurou-se contribuir com o debate a respeito da formação de professores em sociologia trazendo uma reflexão teórica baseada nas informações empíricas.

TEACHER TRAINING IN SOCIOLOGY FOR THE HIGH SCHOOL IN WEST OF SANTA CATARINA - BRAZIL

Abstract

The state of Santa Catarina since 1998 has the obligatory teaching of sociology in the high-schools. However, after more than 10 years, the consolidation of the discipline are some difficulties, such as acceptance of discipline in schools, lack of specific training of teachers, lack of school infrastructure - especially with regard to materials and bibliographic. Therefore, this study conducted an analysis of areas of teacher training in the region west of the state: 1) National teacher training (PARFOR), now under the responsibility of the Community College Region Chapecó (Unochapecó), 2) The new Bachelor's Degree in Sociology, University of Southern Frontier (UFFS). Apart from the difficulties of teacher training in sociology, the discipline faces a host of other challenges and obstacles to consolidate the school, as criticism of the discipline for his "character ideologizing," the imputation of a transforming role and critical discipline, the relationship between a teacher and being a researcher and the relationship between theory, policy and ideology.

Keywords: Education. Sociology of Education. Teacher Training.

Referências

HANDEFAS, Anita. A formação do professor de sociologia. In. **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro, Quartet, 2009.p.187-196.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.mec.gov.br>.

NAVARRO, Zander. **‘Nunca cruzaremos este rio’ – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil**. In. Revista Redes, Vol. 13, No 2, EDUNISC, Santa Cruz, 2008. p.5-51.

_____. **A ciência está à deriva**. In: **Folha de São Paulo. Opinião. Tendências/Debates**. São Paulo, segunda-feira, 06 de julho de 2009.

PAVEI, Katiuci. **Reflexões sobre o Ensino e a Formação de Professores de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROCHA, Bruno L. **A interdependência estrutural das três esferas: uma análise libertária da organização política para o processo de radicalização democrática**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SARANDY, Flávio M. S. In: <http://www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>.
REVISTA ESPAÇO ACADÊMICA ANO I – N5 – OUTUBRO /2001 – MENSAL. **Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio**.

_____. “Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio”. *In: Sociologia e Ensino em Debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Lejeune Mato Grosso de Carvalho (org.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p.113-130.

SED/SC. Proposta Curricular de Santa Catarina: Versão Preliminar. Secretaria da Educação de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SILVA, Ileizi. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no estado do Paraná (1970/2002)**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2006.

TOMAZI, Nelson Dacio. “Entrevista com Nelson Dácio Tomazi”. *In: Revista Eletrônica Inter-Legere*. Número 03 (Jul/Dez 2008). Disponível em:
<<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/db02.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

UFFS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais**. Chapecó, 2011.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ – Disponível em:
<www.unochapeco.edu.br>.

Recebido em: março de 2012
Aprovado em: abril de 2012